

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA ADVOGADOS

Ana Patricia de Azevedo Borba

  contato@patriciaborba.adv.br

Advogada na área empresarial e previdenciária. Especialista em Direito Privado: Civil, Empresarial e Consumidor pela Universidade Potiguar (UNP). Consultora em gestão jurídica.

Submetido em: 11/05/21 - Aprovado em: 08/10/21

Inteligência Artificial (IA) é um dos tópicos mais comentados na atualidade. O termo aparece com bastante frequência em manchetes, artigos, revistas de negócios, redes de relacionamento social ou profissional, bem como na imprensa legal.

Cada nova edição impressa ou boletim informativo jurídico possui, ao menos, um item sobre novas tecnologias de IA, dada a sua grande importância e relevância para a advocacia moderna.

Muitos profissionais de escritórios de advocacia ou departamentos jurídicos, que geralmente não são especialistas em inteligência artificial, podem estar se perguntando quais são as implicações da IA para sua profissão.

A IA é uma oportunidade, uma ameaça, ambas ou nenhuma das duas? Como os profissionais de escritórios de advocacia e departamentos jurídicos podem se manter atualizados com o desenvolvimento da IA, e garantir que os demais advogados de suas organizações também o façam? Como esses profissionais podem alavancar a IA para melhorar seu escritório de advocacia ou departamento jurídico?

Este capítulo possui o propósito de abordar e buscar responder a estas e outras questões, depois de fornecer alguns antecedentes sobre IA geral e explicando sua aplicabilidade à profissão jurídica.

O QUE É INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL?

O dicionário Michaelis define IA como “projeto e desenvolvimento de programas de computador que simulam o pensamento humano, capaz de desenvolver um comportamento inteligente”.

Mais simplesmente, a Inteligência Artificial é “a inteligência similar à humana exibida por mecanismos ou software” (Wikipedia, 2021).

É certo que a noção que muitas pessoas possuem sobre IA tenha origem na ficção científica, personagens em filmes e na TV. Exemplos de IA incluem robôs, androides e até mesmo sistemas operacionais. Mas a IA não é mais ficção científica. Avanços em tecnologia e software tornaram a IA uma realidade.

Com efeito, as empresas estão usando cada vez mais a inteligência artificial. Um artigo do "The New York Times" publicado em fevereiro de 2016 foi provocativamente intitulado "The Robots Are Coming for Wall Street", o que seria "Os Robôs estão vindo para Wall Street". Segundo seu autor, centenas de analistas financeiros estariam sendo substituídos pelo software. O artigo apresentou Kensho, um software que automaticamente reúne dados financeiros e da indústria em relatórios úteis.

O CEO da Kensho afirmou que dentro de uma década, entre um terço e metade dos empregados atuais em finanças perderá seus empregos para Kensho e outros softwares de automação. Muitos especialistas acreditam que as ferramentas de IA afetarão significativamente outras indústrias também.

Inevitavelmente vem a pergunta: quais trabalhos de escritório serão os próximos a serem supridos por máquinas?

A inteligência artificial e as ferramentas "inteligentes" que ela confere parecem estar aqui para ficar, com o Gartner (empresa norte-americana de pesquisa e consultoria) prevendo que eles serão "a classe mais disruptiva de tecnologias nos próximos 10 anos". E de acordo com seu primeiro relatório de 2019 sobre a participação da inteligência artificial no âmbito corporativo, a empresa sugere que 37% das organizações que entrevistou estão investindo na inteligência artificial (IA) de uma forma ou de outra.

IA EM PRÁTICA NO DIREITO

A primeira impressão de muitos advogados sobre a IA é de medo, porque eles estão preocupados que as ferramentas de IA irão substituí-las. As manchetes apocalípticas incluem "Os robôs estão dominando os trabalhos legais?", "Os advogados serão substituídos por robôs?", e "Por que contratar um advogado quando um robô pode fazer?"

Muitas ferramentas eletrônicas de IA já implementadas por escritórios de advocacia tendem a demonstrar que um advogado "virtual" seria capaz não apenas de fazer o trabalho de um profissional humano, mas que seria inclusive mais eficiente. Porém, vejamos:

Embora essas perspectivas futurísticas sejam desanimadoras para muitos profissionais das carreiras jurídicas, uma visão mais sutil veio um estudo de 2015 da McKinsey. Os autores afirmaram que "[algumas] poucas ocupações serão automatizadas em sua totalidade no termo médio. Pelo contrário, apenas certas atividades são mais prováveis de serem automatizadas, exigindo que processos de negócios inteiros sejam transformados."

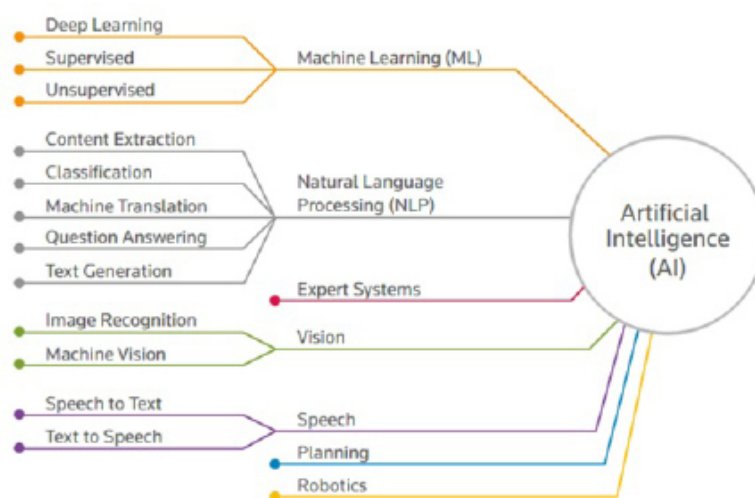
Neste mesmo sentido, pesquisas estimam que o emprego de advogado cairia no máximo em 13% sob o extremamente drástico e cenário improvável que todas as automações possíveis fossem implementadas imediatamente. Assim, os medos de ferramentas baseadas em IA limpam uma geração de advogados é claramente exagerada.

ENTÃO, O QUE A IA FEZ - E O QUE A IA PODE FAZER?

É correto afirmar que a IA pode ajudar os advogados a praticar mais de forma eficaz e eficiente, e os clientes, por via de consequência, obter mais valor de seus prestadores de serviços legais.

Michael Mills, o cofundador da empresa Neota Logic, escreveu um excelente artigo explicando os vários tipos de IA usados na lei. O diagrama resumido contido no artigo demonstra de maneira didática o que a IA pode fazer, pelo que é altamente recomendável que os estudiosos em inteligência artificial busquem ler o artigo em referência.

Figura 1 - O que a IA pode fazer? Diagrama resumido



Cinco tipos de ferramentas de IA descritos no artigo de Mills são de particular interesse, conforme indicado abaixo:

1. Ferramentas de aprendizagem (ML): a capacidade do software de aprender e ter melhor desempenho sem ser explicitamente programado. A revisão de documentos assistida por tecnologia para descoberta é o exemplo clássico disso. Um advogado revê vários conjuntos de documentos individualmente, enquanto a ferramenta IA aprende com a revisão.

2. Ferramentas de cognição (ou Processamento de Linguagem Natural – NLP): a capacidade de computadores para entender a linguagem humana, como é tipicamente falado ou escrito.

3. Ferramentas de otimização (Sistemas especialistas – Expert Systems): sistemas de computador que emulam a capacidade de decisão de especialistas humanos.

4. Ferramentas de aprendizagem profunda não supervisionadas (Vision – relacionamentos através de redes neutras, hierárquicas e empilhadas): o uso de dados, algoritmos e técnicas de aprendizado baseadas em máquina para identificar probabilidade de resultados futuros baseados em dados históricos.

5. Ferramentas supervisionadas (Speech to Text – Text to Speech – entender o significado e o contexto por meio de classificação, extração e semântica): estas aplicam linguagem natural e técnicas de aprendizado de máquina para ajudar, por exemplo, a examinar acordos legais para fins de *due diligence*.

RAZÕES PARA USAR A IA

As organizações jurídicas (sejam escritórios de advocacia ou departamentos jurídicos) devem usar ferramentas de inteligência artificial porque elas conferem mais valor aos clientes, sejam eles indivíduos ou entidades.

Os escritórios de advocacia, em particular, estão (corretamente) sob pressão para entregar mais qualidade aos clientes, sob a forma de (menos) custos, (maior) previsibilidade e (melhores) resultados.

Os departamentos jurídicos corporativos precisam encontrar formas (mais) eficientes e rentáveis de satisfazer as suas necessidades, seja gastando mais em equipes internas ou terceirização de serviços jurídicos para provedores alternativos, como empresas de colocação temporária, empresas de consultoria, redes virtuais de advogados e terceirizados de processos legais.

As ferramentas de IA, implementadas de forma eficaz, podem ajudar uma empresa em cada elemento da equação do valor do cliente: custos mais baixos, maior previsibilidade, e melhores resultados.

Ferramentas podem acelerar os processos de descoberta e *due diligence*, enquanto fornecem resultados de maior qualidade e mais consistentes. Ferramentas de pesquisa legal baseadas em IA podem fazer o mesmo.

Inteligência artificial de análise preditiva focada em litígios pode ajudar os litigantes a tomar melhores decisões sobre estratégia, local, posição de negociação, e outras variáveis críticas de gerenciamento de casos. Sistemas especializados podem reduzir os custos e aumentar a previsibilidade e precisão de respostas a questões legais de rotina.

O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DO ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA COM OUSO DA IA

Tal como acontece com as mudanças na tecnologia que precederam a IA (e-mail, dispositivos móveis, aplicativos em nuvem), o uso e a adoção de IA em negócios de advocacia e processos de aprendizagem deverá acontecer gradualmente.

Líderes de desenvolvimento profissional de escritórios de advocacia e departamentos jurídicos devem considerar a influência da IA na prática a partir de duas perspectivas: (1) como isso vai mudar as habilidades necessárias para os advogados para agregar valor aos clientes, e (2) como isso mudará os processos e métodos pelos quais os advogados adquirem novas habilidades.

Esses gestores podem ajudar a promover o uso efetivo da IA em suas organizações, utilizando algumas etapas proativas projetadas para expor e educar advogados sobre aplicações de IA, e explorando de maneira que não apenas o Jurídico mas outros departamentos possam usar IA para projetos empresariais:

1. Aprenda as aplicações práticas da IA em lei.

Taticamente, como os líderes de uma organização jurídica podem aumentar a conscientização sobre IA? O primeiro passo é educar a si mesmo e aos advogados. Estudar e conhecer o assunto. Inteligência artificial parece intimidante - mas, na realidade, as ferramentas de IA (pelo menos até agora) atacam aspectos mecânicos do trabalho jurídico. A título de exemplo, o uso mais comum de IA em escritórios de advocacia e departamentos jurídicos é para tarefas como:

Due diligence: As ferramentas são ensinadas a “ler” documentos e extrair automaticamente conceitos-chave como termo, rescisão, renovação, mudança de controle, atribuição e indenização. Mecanismos de análise podem analisar contratos muito mais rapidamente do que equipes de advogados juniores, embora cada escritório de advocacia ou departamento jurídico deve avaliar por si mesmo se o trabalho resultante produzido é pelo menos tão preciso quanto aquele entregue por esses advogados.

Caso de litígio e avaliação de resultados: Análise de ferramentas documentos públicos para identificar tendências de resultados e análises comparativas de resultados por tipo, juiz, duração de caso, e outros fatores-chave que podem influenciar a estratégia do caso. Outras ferramentas analisam documentos específicos de casos e sinalizam problemas ou tendências reveladas nos documentos, que podem ajudar os advogados a conduzir a avaliação inicial de casos.

Produção jurídica: Ferramentas apontam inconsistências na terminologia, linguagem vaga, definições e outros erros de redação padrão em documentos.

Pesquisa jurídica: A pesquisa jurisprudencial é automatizada com base em texto e citações contidas em resumos legais, que são usados pelo sistema para identificar decisões judiciais relevantes. Outros sistemas responder a questões que envolvam áreas específicas da lei linguagem natural, com respostas e apoio à autoridade legal.

Sistemas especialistas legais:- A assessoria jurídica em tópicos específicos é automatizado com base em uma interface de perguntas e respostas. Especialistas, geralmente advogados, programam o sistema, embora os advogados também possam ser usuários finais.

2. Promova a conscientização dos advogados sobre as ferramentas de IA disponíveis.

Advogados que reconheçam oportunidades de usar IA serão tão ou mais importantes do que as ferramentas específicas de IA. Muitas instituições jurídicas internacionais de direito já estão direcionando essa necessidade, oferecendo cursos sobre tecnologia jurídica, dados e codificação.

Por exemplo, um curso de Stanford em Informática Legal foi reproduzido em muitas outras escolas de direito. A Georgetown Law organiza uma competição anual chamada “Iron Tech Lawyer” em que estudantes de direito desenvolvem aplicativos que resolvem problemas legais, e várias outras faculdades de direito hospedam ou patrocinam “Hackathons legais” em que estudantes de direito e codificadores de software trabalham juntos em projetos.

Algumas faculdades de direito oferecem aulas que fornecem exemplos práticos de como a tecnologia está sendo totalmente emparelhada com funções legais, como revisão de documentos, pesquisa e *due diligence*.

Mas a maioria dos advogados iniciantes ainda não tem contexto para essas ferramentas na prática. Assim, as organizações jurídicas têm uma oportunidade - e, cada vez mais, imperativo - de expor profissionais experientes à disponibilidade e promessa de ferramentas de IA.

Praticantes experientes já tem uma compreensão profunda das tarefas e fluxos de trabalho legais existentes. Uma vez que eles entendem como a IA pode ser usada para agilizar tarefas repetitivas, eles podem apreciar plenamente o potencial para estas ferramentas para melhorar sua prática e aumentar o valor de seus serviços aos clientes.

3. Identifique as ferramentas de IA apropriadas para a sua empresa prática.

Considerando a amplitude de casos de uso, ferramentas de inteligência artificial podem “viver” em uma variedade de unidades dentro de um escritório de advocacia. A biblioteca é frequentemente uma proponente da IA ao fornecer ferramentas de pesquisa legal, enquanto o suporte de litígios pode ter e-discovery e ferramentas de análise de litígios.

Os líderes de departamentos jurídicos devem primeiro aprender como a IA é usada em suas empresas, tratando com os líderes administrativos mais prováveis de estar envolvidos com a IA, como os gestores de TI, inovação e gerenciamento de projetos. Em seguida, podem avaliar o valor das ferramentas de IA, fornecendo “casos práticos” para usar na avaliação de ferramentas. Além disso, os advogados de departamentos jurídicos geralmente entendem bem as práticas de suas empresas e podem ajudar a avaliar se uma ferramenta substituirá ou melhorará tarefas do mundo real, ao invés de apenas ser uma solução em busca de um problema.

As ferramentas de IA para advogados e profissionais da área jurídica já estão proliferando. Tal como acontece com outros produtos de tecnologia, alguns funcionam melhor que outros, e alguns estarão melhor alinhados com práticas da empresa do que outras. Programas de treinamento bem desenhados são baseados em cenários típicos de prática, ou “casos práticos”.

4. Aplique de ferramentas da IA em projetos de Unidades de Negócio.

A IA também tem o potencial de mudar a maneira como novas informações e treinamento é entregue aos advogados. Gerenciamento de aprendizado de sistemas já estão incorporando características como, por exemplo, sugerir tutoriais baseados em cursos anteriores ou padrões de consumo.

As plataformas de aprendizado online incorporam cada vez mais sistemas de tutoria, que interpretam respostas humanas e aprendem como eles operam, ajustando seu estilo e conteúdo de *feedback* foco para se alinhar com as necessidades de aprendizagem dos alunos. Esses recursos tornam-se comuns em sistemas de aprendizagem implantados em escritórios de advocacia e departamentos jurídicos.

Mas os líderes de departamentos jurídicos também podem aproveitar as ferramentas legais de IA existentes para fornecer treinamento e treinamento para advogados. Por exemplo, se um advogado usa uma ferramenta de redação ao escrever um acordo, a inteligência vai aprender que tipos de definições ou cláusulas são sinalizadas

pela ferramenta, para usá-los daqui para frente. Além disso, uma interface pode ser desenvolvida com base na observação e obtenção de feedback dos advogados que usam a ferramenta de redação, para identificar eventuais erros e mal entendidos.

Ferramentas de automação de documentos incorporam instruções no fluxo de trabalho que explica as razões de certas provisões de documentos, e podem alertar o advogado para as complexidades ou armadilhas associadas com as escolhas apresentadas como opções.

Sistemas especialistas vão um passo além, e realmente tomam decisões com base na entrada do usuário, ao mesmo tempo, aconselhando o usuário da base para o resultado.

Os advogados gestores são especialmente adequados para ajudar a organização das equipes de aquisição e retenção de talentos que usam efetivamente ferramentas de inteligência artificial. A triagem de currículo inteligente é um exemplo. Usando uma máquina algoritmo de aprendizagem, a ferramenta treina-se em funcionários anteriores para aprender quais características do currículo se correlacionam com o sucesso em determinada função e, em seguida, pesquisa essas mesmas características entre candidatos a emprego. Os líderes de RH sabem quem pode ser bem-sucedido e quais qualidades os distinguem, e podem, portanto, "treinar" uma ferramenta para reconhecer indicadores de sucesso.

Ao lado da retenção de talentos, a análise preditiva pode ser aplicada para os funcionários para prever situações são susceptíveis de acontecer. Uma previsão modelo pode usar variáveis como volume de e-mail, distância de deslocamento, contratação de funcionários e compensação de horas para sinalizar possíveis riscos de pedido de demissão. Se o empregado for sinalizado como risco de deixar a empresa e é alguém que a organização valoriza e gostaria de reter, um especialista em desenvolvimento profissional é bem adequado para intervir sutilmente e descubra se esse funcionário precisa de treinamento adicional ou apoio para aumentar a satisfação no trabalho.

OLHANDO PARA FRENTE

A IA representa uma oportunidade ganha-ganha para escritórios de advocacia. Seu uso efetivo pode melhorar o valor e a qualidade dos serviços prestados aos clientes, e aumentar a satisfação profissional do advogado e a retenção de talento legal.

Os clientes (em especial as pessoas jurídicas) recusarão cada vez mais pagar as horas para equipes de escritório de advocacia para revisar documentos quando uma máquina pode fazer essa tarefa pelo menos tão bem em um décimo ou menos do tempo.

Os advogados que deixam a profissão costumam citar *burnout* como a causa, e apontar para tarefas repetitivas, como revisões de diligências ou conferência, como tendo o maior pesar em sua satisfação no trabalho. Ferramentas IA podem reduzir a quantidade de tempo jovens advogados têm que gastar com essas tarefas, deixando-os mais disponíveis para se concentrar na estratégia legal e análise - as razões pelas quais eles foram para a faculdade de direito, em primeiro lugar.

Segundo Kingsley Martin, o impacto na profissão e sua capacidade de resposta dependem de dois fatores: porcentagem de trabalho suscetível à automação e velocidade

de mudança. Como afirma a tese Innovator's Dilemma de Clayton Christensen: *"Se a parte do trabalho legal que é capaz de automação está mais próxima das estimativas mais baixas e a inovação é introduzida por um longo período de tempo, as mudanças provavelmente serão absorvidas por uma prática em evolução. Mas, à medida que a porcentagem de mudança e a velocidade da inovação aumentam, maior o risco para o status quo e maior a oportunidade para os inovadores."*

REFERÊNCIAS

WIKIPÉDIA. **Inteligência artificial**. 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Intelig%C3%Aancia_artificial. Acesso em: 02 mar. 2021.

QUEIROZ, Antonio. **Inteligência artificial já é usada por 37% das empresas, aponta Gartner**. 2019. Disponível em: <https://www.tudocelular.com/mercado/noticias/n136807/inteligencia-artificial-usada-37-empresas-gartner.html>. Acesso em: 18 mar. 2021.

Michael Chui, James Manyika, e Medi Miremadi, "Four Fundamentals of Workplace Automation," *McKinsey Quarterly*, Novembro 2015

Michael Mills, "Artificial Intelligence in Law: The State of Play 2016," Thomson Reuters Legal Executive Institute, Fevereiro 2016